

GESTÃO SUELY VILELA ACENTUA PRODUTIVISMO E PRÁTICAS PERSECUTÓRIAS

Pedro Estevam da Rocha Pomar

Editor da Revista Adusp

Tatiane Klein

Estudante de Jornalismo

*Policia militar exhibe
arma pesada durante
a invasão do campus
da USP: 9/6/2009*

Foto: Daniel Garcia

Diante dos índices e estatísticas citados nos discursos da reitora e disponibilizados na página eletrônica oficial, cabe avaliar o que houve de autêntica mudança na USP durante o mandato iniciado em 2006 — e em que direção se deu. A ascensão em rankings internacionais, apresentada como prova de “excelência”, não consegue esconder os agudos problemas da gestão, como o autoritarismo (e seu duplo, a perseguição institucional aos que divergem), o descumprimento da sentença do Gatilho, os rumos tomados pela reforma da carreira docente com seu inegável viés produtivista e tantas outras questões

Internacionalização da USP, descentralização administrativa, inclusão de estudantes egressos da rede pública de ensino via Inclusp, “que atingiu, neste ano, o nível histórico de 30,1% de alunos do ensino médio público”, reforma das carreiras docente e dos funcionários, criação de cursos. Estes são, segundo a assessoria de imprensa da Reitoria, alguns dos avanços conquistados pela universidade no decorrer da gestão da professora Suely Vilela (“Resultados positivos mostram avanços da Universidade nos últimos quatro anos”, 6/7/09, em www.reitoria.usp.br).

O alegado sucesso da internacionalização — alicerçado no aumento

de 38% no número de convênios, que passaram de 315 em 2005 a 435 em 2009 — faz par, no entendimento da gestão, com a rápida evolução da USP em diversos *rankings*. A própria reitora saiu a campo, em artigo publicado na *Folha de S. Paulo* (“USP e reconhecimento internacional”, 30/8/09), para comemorar o 38º lugar entre as melhores universidades do mundo, atribuído pelo *Webometrics Ranking of World Universities*, no qual “a USP subiu 49 posições em julho”, em relação à avaliação de janeiro de 2009. O *Webometrics* é elaborado pelo Consejo Superior de Investigaciones Científicas do Ministerio de Ciencia e Innovación da Espanha. Esta e outras estatísticas cientométricas atesta-

riam a eficácia dos parâmetros produtivistas vigentes hoje na USP, que a tornam, aos olhos de Suely, uma universidade “de classe mundial”.

A tranquilidade quanto ao presente é tanta, que a Reitoria passou a ocupar-se com o futuro, traçando um “Plano Estratégico para a USP 2034”. Como parte das comemorações dos 75 anos da instituição, realizou-se, em setembro e outubro de 2008, o *workshop* “Planejando o Futuro: USP 2034”, em cuja exposição de abertura Suely discorreu sobre produtividade acadêmica e necessidade de diálogo com a sociedade brasileira. Porém, nenhum movimento social, nenhuma associação ou entidade representativa foi convidada a tomar parte do evento.

Em meio à “numerologia” disponibilizada nos gráficos e tabelas da Reitoria, cabe avaliar o que houve de mudança real e em que direção. Por exemplo: em que consiste a chamada “descentralização administrativa”? Aprovada e implantada à revelia da comunidade, na verdade resultou em maior centralização, pois eliminou a figura dos prefeitos dos *campi*, os quais, mal ou bem, eram eleitos pelos respectivos conselhos, e os substituiu por coordenadores indicados diretamente pela Reitoria. Criou-se a figura do “diretor administrativo”, diretamente vinculado ao gabinete da Reitoria. Uma vez que a USP dispõe da Coordenadoria de Administração Geral, a Codage, pergunta-se: que função terá esse diretor?

A reitora nomeou para o cargo o professor Marcos Felipe de Sá, à época diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP) e um dos dirigentes da Faepa, fundação privada que controla o Hospital das Clínicas da FMRP. Outro cargo importante, a secretaria-geral da Reitoria, é exercido desde o início do mandato de Suely pela professora Maria Fidela Navarro, ex-diretora da Faculdade de Odontologia da Bauru — e ativa participante da Funbeo, fundação privada que atua naquela unidade. Não houve, portanto, ruptura com as entidades “de apoio”, como poderia sugerir a trajetória pregressa de Suely à frente da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (2001-2005), quando vetou a aprovação de alguns cursos pagos. Bem ao contrário, as fundações continuaram influentes e atuantes dentro dos *campi* da USP.



A reitora Suely Vilela

“A progressão horizontal é uma estratégia que servirá para incrementar o produtivismo, por via da colocação de graus intermediários, etapas que devem ser cumpridas num prazo mais curto”, diz Franklin Leopoldo sobre a reforma da carreira

Também a reforma da carreira docente, apresentada como um trufo, guarda enorme potencial de conflito. Conduzida por uma Comissão Especial de Reforma do Estatuto (CRE) majoritariamente formada

por professores da estrita confiança da reitora (João Grandino Rodas, Glaucius Oliva, Luis Roberto Britto, Marcos Felipe de Sá), sem explicitação dos motivos que a tornassem necessária, e sem consideração efetiva pelas opiniões que expressassem a enorme diversidade das 40 unidades de ensino e pesquisa da USP, a reforma gerou descontentamento na categoria docente, ao reiterar a concepção meramente formal de democracia que anima a gestão. Tudo foi tratado como “razão de Estado”: integrantes da comissão especial, a professora Zilda Iokoi e a mes-tranda Esther Rizzi denunciaram que foram privadas do acesso a parte substancial da documentação e das reuniões que resultaram na reforma (*Informativo Adusp* 279).

O professor Franklin Leopoldo é um dos que apontam o viés produtivista da nova carreira: “A progressão



Antonio Candido e Marilena Chauí em ato contra a repressão: 16/6/2009

horizontal é uma estratégia que servirá para incrementar o produtivismo, por via da colocação de graus intermediários, etapas que devem ser cumpridas num prazo mais curto e através de uma produtividade mais apressada”. Os critérios de promoção divulgados até agora, pensa ele, “tendem a desmerecer a figura do professor: aquele que pauta sua atividade, inclusive de pesquisa, pelo aluno, pela formação e não pela sua ascensão acadêmica baseada numa perspectiva de competição que é pensada dentro do mais exacerbado individualismo, com o propósito de desagregar o aspecto comunitário da universidade” (*Carreira Docente em Debate*, agosto de 2009).

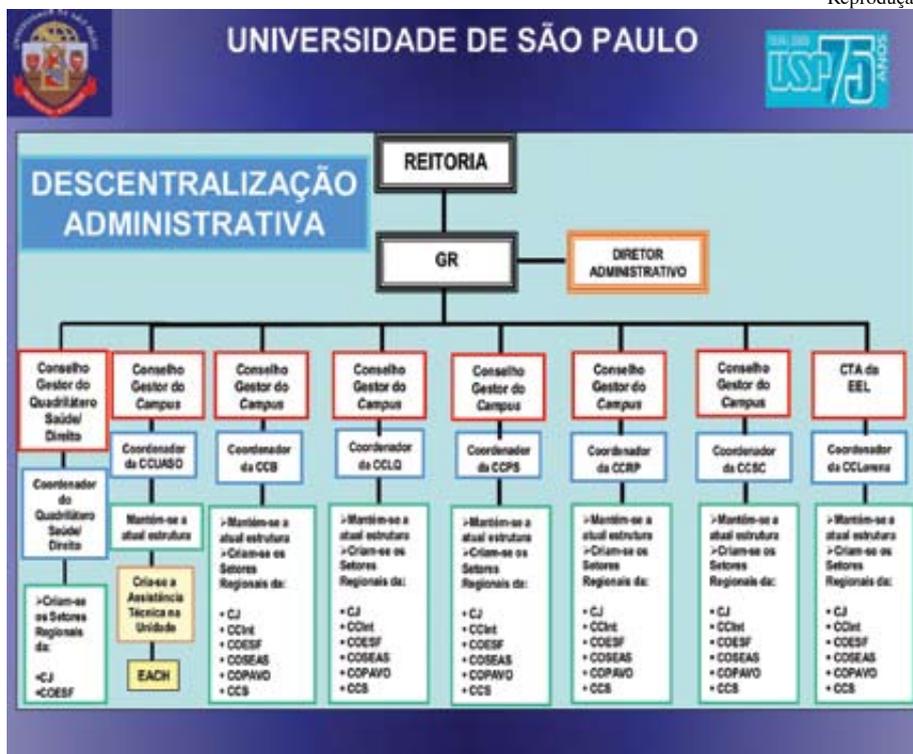
Curiosamente, não consta dos feitos elencados pela Reitoria a chamada Sexta Etapa de Desprecarização, programa em que houve real progresso na correção da prática nefasta

(cometida ao longo das gestões anteriores) de contratação de docentes a título precário, isto é, por meio de processos seletivos. Em fevereiro de 2009, a Reitoria informou à Adusp que, dos 772 docentes “precários” que participaram da Sexta Etapa, foram indicados 739 (95,7%). Apesar desse nítido avanço na solução do problema, permaneciam na condição de “precários” nada menos do que 10 professores associados, 148 doutores, 55 assistentes e 3 auxiliares de ensino.

Entre os pontos identificados como avanços pela própria gestão Suely Vilela está a primeira licenciatura à distância da USP, a Licenciatura em Ciências, aprovada em 2006 pelo Conselho de Graduação da USP. Os estudos foram iniciados na gestão do reitor Adolpho Melfi, em 2003. Posteriormente, para viabilizar uma rápida adesão da USP à Universidade Virtual do Estado de São Paulo

(Univesp), o curso foi aprovado na sessão do Co de 10/2/2009 e incorporado a esse projeto, que é a razão de ser da Secretaria de Ensino Superior, criada pelo governador José Serra.

O ensino à distância (EàD) como um substituto do ensino presencial de graduação, materializado pelo projeto Univesp, foi objeto das críticas de professores, funcionários e estudantes durante a greve de 2009. Por razões variadas, o início da primeira turma foi adiado para 2010. O professor José Cippola Neto, do Instituto de Ciências Biomédicas, declarou ao *Jornal do Campus* que o projeto Univesp servirá exclusivamente para financiar as “demandas estruturais” dos cinco primeiros anos. “O que a USP quer da Secretaria [de Ensino Superior] é financiamento”, diz Cippola, que é coordenador do curso. “Não é objetivo da Universidade, com este



Projeto de descentralização, segundo a própria Reitoria



Professor Marcos Felipe de Sá

curso de licenciatura em Ciências, atrelar-se à Univesp. Nosso curso sequer segue suas regras e normas, nosso norte são critérios da USP”.

Paralelamente, “com a incumbência de apresentar proposta acadêmica e modelo institucional para a realização do aprendizado eletrônico na USP”, uma comissão criada pela reitora começou a funcionar em 2007. Idealizou o “Instituto de Aprendizagem Eletrônica” da USP, proposta exótica que não foi aprovada pelo Conselho Universitário, mas representou uma primeira ofensiva da Reitoria com a finalidade de institucionalizar o EàD na universidade. É de esperar-se um envolvimento crescente da USP com o EàD, tanto em virtude das pressões do governo estadual como dos laços que unem a Reitoria ao banco espanhol Santander e ao Portal Universia, que investem fortemente na modalidade de cursos à distância.

A Congregação da Esalq decidiu criar um “Regime Disciplinar do Corpo Discente”, para “manter e preservar os princípios morais, a ordem, o zelo e a obediência”. É infração “incitar, promover ou apoiar ausência coletiva aos trabalhos escolares”

O início do governo de José Serra, em janeiro de 2007, foi um momento-chave na gestão Suely. Por um lado, ficou patente a disposição de Serra de quebrar a autonomia universitária com seus diversos decretos. Por outro lado, evidenciou-se a tibieza

da reitora da USP, que se manteve em silêncio diante dos ataques do governador. Embora exercesse naquele momento a presidência do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), cargo do qual foi literalmente destituída por um dos decretos de Serra, Suely entrou e saiu da crise institucional sem se pronunciar nem em defesa da autonomia, nem em defesa de seu mandato no Cruesp.

A reação da comunidade desembocou, em meados de 2007, na ocupação da Reitoria, para a qual contribuiu a omissão da reitora diante dos decretos. É verdade que durante a ocupação Suely recusou-se a convocar a polícia, o que evitou um confronto violento. Ainda que lentamente, empreendeu tentativas de diálogo e por fim fez concessões que facilitaram um desfecho pacífico do episódio. Mas é fato, também, que desde então houve diversas ocasiões em que a negociação foi relegada em favor das soluções de força. A truculenta investida da tropa de choque da Polícia Militar em 9 de junho de 2009



Professora Maria Fidela Navarro



Protesto de estudantes durante debate de reitoráveis na FFLCH: 17/9/2009

e a demissão de um diretor do Sinusp são emblemáticos deste método, que se infiltrou em diferentes esferas da administração da universidade.

O autoritarismo espalhou-se na gestão Suely Vilela. A Congregação da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), de Piracicaba, decidiu, por conta e risco, criar um “Regime Disciplinar do Corpo Docente” da unidade, elaborado por sua Comissão de Legislação e Recursos. Dito “regime” visa “assegurar, manter e preservar os princípios morais, a ordem, o zelo, o decoro e a obediência legal, imprescindíveis a todas as atividades universitárias e à convivência ética (*sic*) entre docentes, alunos e funcionários da Esalq”. Entre as infrações disciplinares arroladas, constam “perturbar os trabalhos acadêmicos” e “incitar, promover ou apoiar ausência coletiva aos trabalhos escolares, obstruir ou impedir o livre trânsito de membros da comunidade”. Tenta dessa forma a direção da Esalq coibir greves estudantis (“ausência coletiva”), sem preocupar-se com o fato notório de que a unidade

não tem a menor competência legal para criar semelhante “regime”.

Decidida a vetar a eleição do professor Nei Oliveira como primeiro diretor da Escola de Engenharia de Lorena (EEL, unidade criada em 2007, resultante da incorporação da Faenquil), a pretexto de que ele ultrapassou a idade de 66 anos (e portanto não poderia completar o mandato por causa da aposentadoria compulsória aos 70 anos), a reitora enviou àquela cidade uma dupla de emissárias, a secretária-geral da Reitoria e a procuradora-chefe da USP, com a missão de demover os membros da Congregação. Tentaram, mas não conseguiram, convencer a Congregação da EEL, que ignorou a pressão e elegeu Oliveira em primeiro escrutínio com 70% dos votos. A constrangedora manobra revela um tratamento discriminatório — pois Suely nomeou diretor da FFLCH o professor Gabriel Cohn, que contava com a mesma idade, à época; e nada indica que a reitora tenha feito objeções à candidatura a reitor do professor Silvio Sawaya, de 67 anos.

Mas, pior do que isso, mostra uma inaceitável ingerência no processo eleitoral de uma unidade.

Ao aproximar-se o final da gestão, o clima persecutório vigente na segunda metade do mandato de Suely terminou por estimular o surgimento de algumas candidaturas a reitor situadas no espectro mais conservador da burocracia. A sucessão terá as regras restritivas de sempre: candidaturas exclusivamente de professores titulares; colégio eleitoral fechado e em dois turnos; escolha final do governador. De qualquer modo, o contencioso de 2009, que teve entre seus resultados a palavra de ordem “Fora Suely” aprovada em assembléia dos docentes, politizou o processo ao escancarar a asfixiante ausência de democracia na USP.

Nas matérias seguintes avaliamos, com mais detalhes, quatro aspectos marcantes da gestão: a presença avassaladora — e influência — do banco Santander na universidade; a onda de autoritarismo e repressão; a atitude perante a Ação do Gatilho; e a reformatação da carreira docente.